

**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS**  
1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-4  
Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1145 - Bairro Dos Estados - João Pessoa/PB - CEP 53030-000 - www.azevedobastos.br - Tel. (33) 3344-5444 - Fax: (33) 3344-5444

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé.

**Cód. Autenticação: 62970208180920230022-1: Data: 02/08/2018 09:26:26**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AHF96077-SN16;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,23  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Bel. Vitor da Mota Cavalcanti  
Tribunal

ULAR



JUCESP PROTOCOLO  
2.161.663/13-6



128

**JOBE LUV**

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

**CNPJ 44.669.141/0001-77**

Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, as partes abaixo nomeadas, qualificadas e no final assinadas:

**PAULO COUTO**, brasileiro, casado, arquiteto, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida 43, nº 579, Condomínio Vila Scarpa, casa 21, Vila Santo Antonio, CEP 13.501-200, portador da cédula de identidade RG 7.612.887-8 SSP SP e do CPF 028.028.288-51,

**RODRIGO MAGALHÃES COUTO**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida 43, nº 579, Condomínio Vila Scarpa, casa 21, Vila Santo Antonio, CEP 13.501-200, portador da cédula de identidade RG 32.757.786-1 SSP SP e do CPF 221.967.868-70, e

**MARILIA MAGALHÃES COUTO MAIDA**, brasileira, casada, engenheira de alimentos, residente e domiciliada nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida 41, nº 239, apto. 23, Vila Santo Antonio, CEP 13.501-190, portadora da cédula de identidade RG 32.757.787-3 SSP SP e do CPF 319.572.638-65,

únicos componentes da sociedade empresária limitada **JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, com sede e foro na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida 1-IM n.º 201, Parque Industrial Margarete, CEP 13.505-810, inscrita no CNPJ sob n.º 44.669.141/0001-77, com NIRE 35.2.0091944.9 e contrato social e última alteração contratual arquivados na MM Junta Comercial do Estado de São Paulo sob n.ºs 675.399 e 419.904/13-0, respectivamente em sessões de 30 de agosto de 1973 e 29 de outubro de 2013, resolvem, de comum acordo, modificar a forma de representação da sociedade tão somente nos casos de nomeação de procuradores, até então efetuada sempre conjuntamente pelos administradores, e doravante individualmente por qualquer um deles, ficando, dessa maneira, a cláusula sexta do contrato social com a seguinte redação:

**RIZZO Assessoria Contábil S/S Ltda.**  
Rua Antonio Rodrigues Cajado, n.º 1800, ala A  
CEP 13.560-291 - São Carlos - SP - tel. 0xx16-3373.3133  
CRC 2SP019954/0-6 - CNPJ 02.095.632/0001-01

**JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**  
oitava alteração contratual datada de 01/11/2013

*(Handwritten signatures)*





## 6ª) DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida pela totalidade dos sócios, que individualmente a representarão ativa e passivamente, judicial ou extra judicialmente, exceto nos casos de alienação de imóveis, na concessão de avais, fianças e endossos ou atos de gravar, nomear e indicar bens da sociedade para penhora ou garantia de empréstimos, quando a representação sempre conjuntamente.

§ 1º: Os administradores, poderão, individualmente, nomear procuradores para representar a sociedade, por instrumento de mandato, porém sempre com período de validade limitado, exceto no que respeita ao judicial e nos limites dos poderes conferidos.

§ 2º: Os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", cuja importância será fixada em reunião de sócios, observados os limites legais, podendo os sócios, também em reunião, renunciar ou renunciarem a esse direito até posterior deliberação.

§ 3º: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes que vede a exploração de atividade empresarial, nos moldes do § 1º, artigo 1.011 do CCB, Lei 10.406/02.

Em virtude da alteração contratual ora introduzida, resolvem os signatários consolidar seu contrato social, que com observância dos preceitos da Lei 10.406/2002 e de outros dispositivos legais aplicáveis, passa a ter a seguinte redação:

### 1ª) DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade girará sob a denominação social de **JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, podendo dela fazer uso seus administradores, de conformidade com o disposto na cláusula SEXTA.

### 2ª) DA SEDE SOCIAL

A sociedade tem sua sede instalada nesta cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo, na Avenida 1-IM n.º 201, Parque Industrial Margarete, CEP 13.505-810.

RIZZO Assessoria Contábil S/S Ltda.  
Rua Antonio Rodrigues Cajado, n.º 1800, ala A  
CEP 13.560-291 - São Carlos - SP - tel. 0xx16-3373.3133  
CRC 2SP019954/0-6 - CNPJ 02.095.632/0001-01

JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
oitava alteração contratual datada de 01/11/2013



### 3ª) DO OBJETIVO SOCIAL

São objetivos da sociedade a importação, exportação, produção e comércio de roupas de uso profissional e equipamentos de proteção individual para o trabalho.

### 4ª) DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A duração da sociedade será por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, e, sendo o início das atividades a data do contrato social.

### 5ª) DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas e assim subscritas pelos sócios:

sócios	n.º cotas	capital
Paulo Couto	900.000	R\$ 900.000,00
Rodrigo Magalhães Couto	300.000	R\$ 300.000,00
Marília Magalhães Couto Maida	300.000	R\$ 300.000,00
<b>totais</b>	<b>1.500.000</b>	<b>R\$ 1.500.000,00</b>

§ 1º: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas cotas, de conformidade com o disposto no artigo 1.052 do Código Civil, Lei 10.406/2002, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º: Segundo remissão do artigo 1.054, da Lei 10.406/2002, ao artigo 997, inciso VIII da mesma legislação, fica expresso que os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

### 6ª) DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida pela totalidade dos sócios, que individualmente a representarão ativa e passivamente, judicial ou extra judicialmente, exceto nos casos de alienação de imóveis, na concessão de avais, fianças e endossos ou atos de gravar, nomear e indicar bens da sociedade para penhora ou garantia de empréstimos, quando a representação sempre conjuntamente.

RIZZO Assessoria Contábil S/S Ltda.  
Rua Antonio Rodrigues Cajado, n.º 1800, ala A  
CEP 13.560-291 - São Carlos - SP - tel. 0xx16-3373.3133  
CRC 2SP019954/0-6 - CNPJ 02.095.632/0001-01

JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.  
oitava alteração contratual datada de 01/11/2013





§ 1º: Os administradores, poderão, individualmente, nomear procuradores para representar a sociedade, por instrumento de mandato, porém sempre com período de validade limitado, exceto no que respeita ao judicial e nos limites dos poderes conferidos.

§ 2º: Os administradores terão direito a uma retirada mensal a título de "pró-labore", cuja importância será fixada em reunião de sócios, observados os limites legais, podendo os sócios, também em reunião, renunciar ou renunciarem a esse direito até posterior deliberação.

§ 3º: Os administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes que vede a exploração de atividade empresarial, nos moldes do § 1º, artigo 1.011 do CCB, Lei 10.406/02.

## 7ª) DAS REUNIÕES E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas em reuniões de sócios, presidida e secretariada por sócios presentes, que lavrarão uma ata de reunião que, posteriormente, será levada a registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de Livro de Atas.

§ 1º: A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, formalizada de qualquer maneira, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme artigo 1.072, da Lei 10.406/02, e instalar-se-á de conformidade com o artigo 1.074 da mesma legislação.

§ 2º: Fica dispensada a reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre as matérias objeto de deliberação, consolidando o decidido para o devido registro no órgão competente, nos termos do § 3º, artigo 1.072 do mesmo *codex*.

§ 3º: A reunião de sócios, de acordo com o artigo 1.078, do Código Civil, ocorrerá, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos estiverem presentes e decidirem, por escrito, acerca da matéria em pauta.





§ 4º: De conformidade com o § 5º, artigo 1.072, do Código Civil, as deliberações tomadas de conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

### 8ª) DA TRANSFERÊNCIA DE COTAS

As cotas do capital social são indivisíveis em relação à sociedade, que não reconhecerá mais que um titular para cada cota. Cada cota dará direito a um voto nas deliberações sociais. As cotas do capital social, assim como os direitos sobre elas, não poderão ser transferidas, vendidas, alienadas, entregues em dação de pagamento ou cedidas a qualquer título, sem que sejam oferecidas aos outros sócios, que terão sempre o direito de preferência em sua aquisição.

§ 1º: Se qualquer dos sócios tiver a pretensão de transferir suas cotas, na forma do caput, deverá dar ciência dessa intenção aos outros, comunicando-os por escrito para que, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da comunicação, possam exercer o direito de preferência na aquisição.

§ 2º: O não exercício por parte dos outros sócios quanto ao direito de preferência no prazo fixado no parágrafo primeiro, permitirá que o sócio pretendente à alienação, nos termos do artigo 1.057, do Código Civil, efetue a transferência das cotas oferecidas a terceiros, salvo se houver oposição de titulares de mais de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social.

§ 3º: O cônjuge de qualquer dos sócios, em caso de separação judicial, terá seus direitos apurados e pagos de conformidade com as disposições da cláusula nona.

### 9ª) DA RETIRADA DA SOCIEDADE

O sócio terá o direito de retirar-se da sociedade nas hipóteses previstas no art. 1.077, do Código Civil, aplicando-se as regras constantes do art. 1.031 *caput*, do mesmo *codex*, sendo que depois de apurados os seus haveres, em Balanço especialmente levantado, estes lhe serão pagos em 60 (sessenta) parcelas devidamente corrigidas pelos índices oficiais então vigentes, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após o balanço, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes. Para efeitos de apuração de haveres, o patrimônio da sociedade será considerado de acordo com os elementos constantes de balanço especialmente levantado para esse fim, dispensada, expressamente, qualquer avaliação, inclusive judicial.





## 10ª) DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

Ocorrendo o falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade não se dissolverá, continuando com os sócios remanescentes e os herdeiros do falecido ou interdito.

## 11ª) DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

A exclusão de sócio somente poderá ocorrer na esfera administrativa como medida extrema e ainda assim quando ficar claramente demonstrada a justa causa, assim considerada a atuação nociva do sócio contra os interesses da empresa, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou qualquer outro procedimento, de inegável gravidade, que coloque em risco a continuidade da empresa.

**Parágrafo Único:** A exclusão administrativa somente poderá ser determinada em Reunião de Sócios, especialmente convocada para esse fim, de conformidade com o parágrafo único, art. 1.085, do Código Civil, aplicando-se, na apuração e pagamento de haveres do sócio excluído, a forma e prazo estipulados na cláusula nona.

## 12ª) DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, sendo os lucros ou prejuízos, apurados em balanços regulares, distribuídos ou suportados entre os sócios de conformidade com deliberação em reunião de cotistas a ser realizada até a data de encerramento do exercício, nos termos do artigo 1.007 da Lei 10.406/2002.

§ 1º: Não ocorrendo reunião anual de cotistas até a data de encerramento do exercício, o lucro será distribuído proporcionalmente ao número de cotas sociais detidas pelos sócios.

§ 2º: Mediante a deliberação dos sócios poderão os lucros serem destinados, total ou parcialmente, à constituição de fundos de reservas, ou permanecerem em suspenso, a fim de serem utilizados em futuros aumentos de capital social.

§ 3º: A sociedade poderá levantar balanço em qualquer época do ano, procedendo na forma legal.



### 13ª) DOS CASOS OMISSOS

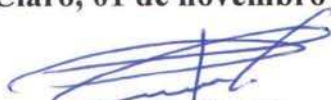
Os casos omissos no presente instrumento reger-se-ão pelas disposições legais pertinentes, em especial pelos artigos 1052, 1054 a 1087 do Código Civil e, de forma supletiva, consoante previsão inserta no parágrafo único, artigo 1053, da Lei 10.406/2002, pelas disposições aplicáveis na legislação reguladora das sociedades por ações.

### 14ª) DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio Claro, Estado de São Paulo, para a solução de quaisquer dúvidas ou dissídios entre os cotistas, oriundos do presente instrumento.

E, por estarem assim de perfeito e comum acordo, lavram o presente instrumento de alteração contratual social, em três vias de igual teor e forma, para um só direito, na presença de duas testemunhas, devendo a primeira ser arquivada na MM Junta Comercial do Estado de São Paulo, a fim de que se produzam os devidos e legais efeitos.

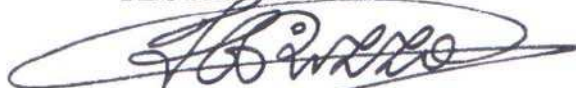
Rio Claro, 01 de novembro de 2013

  
Paulo Couto

  
Rodrigo Magalhães Couto

  
Marília Magalhães Couto Maida

#### TESTEMUNHAS



Fernando Celso Rizzo  
RG 4.862.345-3 SSP SP



Elisabete Maria Marques Maciel  
RG 16.446.015 SSP SP

RIZZO Assessoria Contábil S/S Ltda.  
Rua Antonio Rodrigues Cajado, n.º 1800, ala A  
CEP 13.560-291 - São Carlos - SP - tel. 0xx16-3373.3133  
CRC 2SP019954/0-6 - CNPJ 02.095.632/0001-01



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO  
SOB O NÚMERO 388.753/13-4  
GISELA SIMIEMA CESCHIN  
SECRETÁRIA GERAL



**JUCESP**